

AHQUIVO CIMI-MT

Fonte: MARIN DE LUMBO

Data: 112 105 190

Pag.

CNBB/ÍNDIOS

Igreja acusa Funai de intimidar missionários

O Gimi também denunciou, ontem, o aumento da violência contra os índios

CLAYTON LEVY

Da Agência Estado — Indaiatuba

Documento divulgado ontem, na 36ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos dos Brasil (CNBB), em Indaiatuba, acusa a Fundação Nacional do Indio (Funai) de desencadear uma "ofensiva intimidatoria" contra os missionários católicos que atuam entre os povos indígenas. O texto é assinado pelo bispo dom Apparecido José Dias, presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O Cimi denuncia também

o aumento da violência contra os índios.

Para o bispo, a perseguição da Funai ficou evidente em março, na "tentativa de expulsão" do Brasil do missionário leigo Winfridus Overbeek, que trabalha no Espírito Santo com as tribos tupiniquim e guarani. A portaria 253 da Funai, segundo o texto da CNBB, "configura uma afronta aos direitos constitucionais, uma vez que profbe a entrada de missionários nas aldeias e cerceia a ação de entidades da Igreja".

O documento diz ainda que "a

Funai utiliza-se de estratégias espúrias para firmar acordos ilegais que visam reduzir as terras indigenas". Como exemplo, o presidente do Cimi cita a redução das terras dos tupiniquim e guarani, em Aracruz, no Espírito Santo. Segundo d. Apparecido, a área indígena foi reduzida de 13.579 hectares para 2.571 hectares, "em beneficio da empresa invasora, a multinacional Aracruz Celulose".

Coação - De acordo com o documento, para conseguir esse acordo, "a Funai submeteu os indios à constrangedora condição de

confinamento, ficando todas as aldeias cercadas por forte aparato militar, sem comunicação com pessoas ou entidades de apoio". Para o presidente do Cimi, as lideranças indígenas teriam sido "coagidas a assinar o termo de redução de suas terras em troca de beneficios e ajuda em dinheiro".

O presidente do Cimi diz que os dados sobre a política fundiária indígena revelam o "descaso" governamental. Segundo o documento, 50% das terras indígenas ainda não foram demarcadas e 85% das 560 áreas estão invadidas.